

# Socorro perigoso aos Estados

O governo federal está fazendo um investimento de alto risco, ao refinar os Estados endividados e bancos estaduais em má situação. Para bancar essa enorme operação de saneamento, o Tesouro Nacional deverá assumir, até o fim do ano, débitos no valor de R\$ 103,3 bilhões. Títulos da União, confiáveis para o mercado, servirão para mobilizar os recursos. A credibilidade federal será usada, novamente, como proteção para governos quebrados. Contribuintes de todo o País vão ser envolvidos, afinal, num grande mutirão financeiro, comandado pelo governo central, para salvar Estados demolidos por administrações no mínimo irresponsáveis. Se o lance não der certo, esses contribuintes perderão duas vezes, porque também as finanças federais acabarão prejudicadas, e muito seriamente.

Seria ingenuidade afirmar que o governo central poderia, simplesmente, deixar que os Estados em pior situação quebrem. Não se trata de empresas, mas de entidades políticas. No limite, o governo central seria forçado a intervir, para manter em funcionamento a administração pública. A solução mais parecida com essa, até agora, foi a indicação de um secretário da Fazenda para o governo de Alagoas — uma intervenção não

só branca, mas também muito branda. Apesar disso, pode-se argumentar, a renegociação com os Estados poderia ter sido menos generosa. De toda forma, foi concluída e só resta, agora, avaliar os perigos à frente e pensar em como evitá-los.

O economista Rogério Werneck, professor da PUC-Rio, chamou a atenção para esses perigos em artigo publicado sexta-feira no *Estado*. Representantes do governo da União, lembrou Werneck, têm argumentado com um fato contábil: o Tesouro acrescentará R\$ 103,3 bilhões à sua dívida bruta, mas a dívida líquida não será afetada, porque será lançado um crédito igual contra os Estados. Essa igualdade contábil, porém, pode ser contrariada pelos fatos. “O governo federal”, observou o economista, “estará, de um lado, emitindo títulos públicos da melhor qualidade, com taxas de juro altas e prazos relativamente curtos, e, de outro, concedendo, no longo prazo e a taxa de juros baixa, créditos que, a julgar pela experiência passada, podem ser de qualidade altamente duvidosa.”

Como lembra Werneck, houve sete ro-



dadas de renegociação nos últimos dez anos, e nenhum acerto anterior garantiu melhor administração financeira nos Estados. Desta vez, o socorro oferecido aos Estados é muito mais amplo que em qualquer outra operação. A ambição também é muito maior. Não se trata apenas de alguns acertos, mas de um esforço de renovação da política financeira. Tornar mais evidente a carência de controles

foi um dos principais efeitos do escândalo dos precatórios. Apesar disso, o Senado ainda acabou aprovando às pressas a autorização para São Paulo rolar, nesta segunda-feira, débitos no valor de R\$ 431,2 milhões. Esse total corresponde a 98% do valor solicitado, embora relatório do Banco Central sugerisse apenas 58%. Mas o relatório só chegou no dia 11, véspera da votação, e, além disso, os senadores adotaram o mesmo critério aplicado a outros Estados, neste ano. Essa rolagem apenas facilita a administração das contas do Estado até o Tesouro assumir a dívida renegociada. Como não se trata de novo endi-

vidamento, mas de uma solução temporária, a aprovação apressada é menos grave do que teria sido noutra circunstância. Resta, porém, a necessidade, lembrada mais uma vez por senadores, depois dessa votação, de regulamentar mais estritamente a vida financeira dos Estados. Uma das medidas deve ser a fixação de normas para as operações de Antecipação de Re-

**Governo central  
terá de ser firme  
para garantir  
disciplina fiscal nos  
Estados que  
negociaram dívida**

ceita Orçamentária. Nem sempre realizadas com critério, também essas operações acabaram agravando as condições dos Estados.

Tudo vai depender, como assina-

lou Werneck em seu artigo, da disposição da administração federal de manter a disposição política de cobrar, durante o período do refinanciamento, a disciplina combinada com os governadores. Isso envolve também os futuros governantes. Acordos desse tipo não têm sobrevivido muito tempo. O primeiro teste, de toda forma, ocorrerá em breve, com a aproximação das eleições de 1998.